

O cacau de várzea como expressão da sociobiodiversidade amazônica: A experiência da Região de Integração do Tocantins, Pará

El cacao de llanura aluvial como expresión de la sociobiodiversidad amazónica: la experiencia de la Región de Integración de Tocantins, Pará

Floodplain cocoa as an expression of amazonian socio-biodiversity: The experience of the Tocantins Integration Region, Pará

Shirlene Cardoso Gaia

Universidade do Estado do Pará. Belém, Brasil

shirlene.gaia@uepa.br

ORCID: 0009-0001-9012-2364

Benedito Ely Valente da Cruz*

Universidade do Estado do Pará. Belém, Brasil

bvalente7@uepa.br

ORCID: 0000-0002-5432-5105

Citar como: Cardoso Gaia, S. e Valente da Cruz, B. E. (2025). O cacau de várzea como expressão da sociobiodiversidade amazônica: A experiência da Região de Integração do Tocantins, Pará. *Desde el Sur*, 17(3), e0047.

RESUMO

Esse artigo aborda o cacau como expressão da sociobiodiversidade e patrimônio cultural na Região de Integração do Tocantins, no estado do Pará, e tem como objetivo analisar de que forma a produção de cacau de várzea articula saberes ancestrais, territorialidade e inserção mercadológica. A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, ancorada nas análises bibliográfica, documental e em trabalho de campo, realizado junto a lideranças de cooperativas e de associações comunitárias das ilhas de Angapijó (Mocajuba), de Tamanduá Costa (Cametá) e de Arauaia (Barcarena). Os resultados indicam que o cacau de várzea exerce papel significativo na geração de renda, na conservação ambiental e na preservação da identidade cultural. Conclui-se que o cacau ancestral da região tocantina é um importante patrimônio, vetor de desenvolvimento

* Autor corresponsal: Benedito Ely Valente da Cruz, Universidade do Estado do Pará. Belém, Brasil. Correo: bvalente7@uepa.br

socioterritorial e símbolo de resistência dos povos da floresta, demandando políticas públicas voltadas à proteção e à agregação de valor ao produto.

PALAVRAS-CHAVE

Sociobiodiversidade, patrimônio cultural, cacau de várzea, territorialidade, sustentabilidade

RESUMEN

Este artículo aborda el cacao como expresión de la sociodiversidad y patrimonio cultural en la Región de Integración de Tocantins, en el estado de Pará, y pretende analizar cómo la producción de cacao de llanura aluvial articula saberes ancestrales, territorialidad e inserción en el mercado. La investigación adopta un enfoque cualitativo y cuantitativo, basado en análisis bibliográficos y documentales y en trabajo de campo realizado con líderes de cooperativas y asociaciones comunitarias de las islas de Angapijó (Mocajuba), Tamanduá Costa (Cametá) y Arauaia (Barcarena). Los resultados indican que el cacao de llanura aluvial desempeña un papel importante en la generación de ingresos, la conservación del medioambiente y la preservación de la identidad cultural. La conclusión es que el cacao ancestral de la región de Tocantins es un activo importante, un vector de desarrollo socioterritorial y un símbolo de resistencia para los pueblos de la selva, que requiere políticas públicas dirigidas a proteger y valorizar el producto.

PALABRAS CLAVE

Sociobiodiversidad, patrimonio cultural, cacao de llanura inundable, territorialidad, sostenibilidad

ABSTRACT

This article looks at cocoa as an expression of socio-diversity and cultural heritage in the Tocantins Integration Region, in the state of Pará, and aims to analyze how the production of floodplain cocoa articulates ancestral knowledge, territoriality and market insertion. The research adopts a qualitative and quantitative approach, based on bibliographical and documentary analysis and fieldwork carried out with leaders of cooperatives and community associations on the islands of Angapijó

(Mocajuba), Tamanduá Costa (Cametá), and Arauaia (Barcarena), located in the area's floodplain. The results indicate that floodplain cacao plays a significant role in generating income, environmental conservation, and preserving cultural identity. The conclusion is that the ancestral cocoa of the Tocantins region is an important asset, a vector for socio-territorial development, and a symbol of the resistance of the peoples of the forest, requiring public policies aimed at protecting and adding value to the product.

KEYWORDS

Sociobiodiversity, cultural heritage, floodplain cocoa, territoriality, sustainability

Introdução

O cacauzeiro (*Theobroma cacao* L.) é uma planta originária da Mesoa-mérica e domesticada pelas civilizações pré-colombianas (Viana, 2020). Na Amazônia Oriental, a região tocantina é berço de uma cacauicultura ancestral¹, e seu fruto é conhecido e explorado desde o Período Colonial, sendo uma importante fonte de renda para os produtores locais.

De acordo com a Organização Internacional do Cacau (ICCO, 2025), o Brasil ocupa atualmente a sétima posição no *ranking* mundial de países produtores, e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que em 2023 a produção nacional alcançou 296.145 toneladas, tendo o estado do Pará como o principal produtor do país.

A produção paraense evoluiu significativamente nas últimas décadas: entre 2000 e 2023, o volume colhido saltou de 28.278 toneladas para 138.471 toneladas, representando um crescimento acumulado de aproximadamente 389%. Também em 2023, o valor bruto da produção de cacau em amêndoas no estado do Pará foi de aproximadamente 2,4 bilhões de reais, evidenciando a importância da cultura para a região amazônica (IBGE, 2025). No estado, a principal área produtora é a Região de Integração do Xingu, na Transamazônica, com destaque para os municípios de Medicilândia, de Uruará e de Altamira. Contudo, a Região de Integração do Tocantins (RI Tocantins) se destaca pela produção de cacau em área de várzea, conhecido como cacau nativo-ancestral.

1 Viana (2020), em sua dissertação de mestrado *A travessia dos saberes tradicionais amazônicos: um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins/PA*, explora a ancestralidade da cultura do cacau de várzea como construção histórica e sociocultural, profundamente enraizada nas práticas e nos saberes das comunidades ribeirinhas da região do Baixo Tocantins, no Pará.

Nos municípios da RI Tocantins, estima-se uma produção média anual de 1.600 toneladas de amêndoas secas, cultivadas em cerca de dez mil hectares, por aproximadamente seis mil famílias agricultoras. Apesar das áreas das propriedades serem, em sua maioria, inferiores a dez hectares, o cacau representa até 70% da renda destas unidades produtivas, configurando-se uma atividade econômica relevante para as famílias e para a economia da região (Viana, 2020).

O cacau originário de várzea, além de seu valor econômico, representa um patrimônio simbólico e territorial, sendo fundamental à identidade cultural local e à resistência sociopolítica das populações ribeirinhas. Para Viana (2020), em tempos de intensificação do agronegócio e de perda de sociobiodiversidade, torna-se cada vez mais relevante investigar o papel desta cultura na organização socioprodutiva dos territórios tradicionais, a exemplo do que ocorre nas Ilha de Angapijó, em Mocajuba, Tamandú Costa, em Cametá, e Arauaia, em Barcarena, Pará.

O presente trabalho objetiva analisar de que forma a produção de cacau de várzea da RI Tocantins articula saberes ancestrais, territorialidade, sustentabilidade e geração de renda, consolidando-se como um patrimônio sociocultural estratégico. Quanto à estrutura, o texto é composto pela introdução, em que se apresenta um panorama geral da produção cacauceira no estado do Pará, com ênfase na Região de Integração do Tocantins; na segunda parte, tem-se o material e o método utilizados na pesquisa; a terceira parte é dedicada aos resultados da pesquisa, evidenciando-se os vínculos entre os sistemas produtivos locais, os saberes tradicionais e a identidade cultural das comunidades ribeirinhas; e a última parte discute os entraves e as possibilidades de valorização do produto, considerando seu potencial enquanto patrimônio (i)material.

Materiais e métodos

A cacaucultura é uma atividade agrícola de grande relevância para o estado do Pará, exercendo papel de importância no sustento das famílias e na proteção ao meio ambiente, pois seu cultivo não segue a lógica monocultora de larga escala, mas sim da Agroecologia. O cultivo do cacau de várzea na RI Tocantins é historicamente vinculado aos modos de vida das comunidades ribeirinhas, constituindo-se como uma prática tradicional que articula saberes ancestrais, uso sustentável da biodiversidade e reprodução sociocultural.

A presente pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória e interpretativa, aliada às análises documental e bibliográfica. A fundamentação teórica admitiu obras acadêmicas relevantes —incluindo-se artigos científicos, dissertações e teses—, que

abordam a produção de cacau, com ênfase naquele cultivado em ecossistemas de várzea. Complementarmente, realizou-se o tratamento e a análise de dados secundários, provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especialmente da plataforma SIDRA, com recorte temporal compreendido entre os anos de 1974 e 2024, visando identificar a evolução da produção cacauceira no estado do Pará, com foco na Região de Integração do Tocantins (Figura 1).

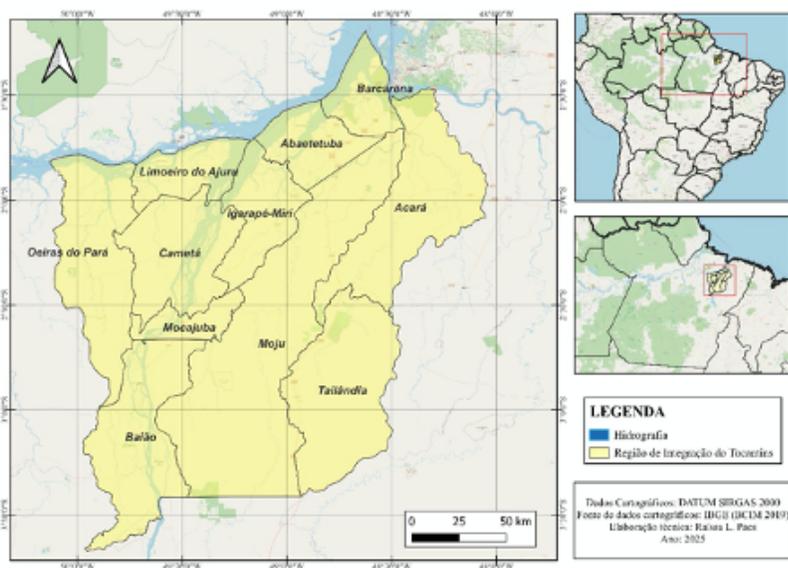


FIGURA 1. Mapa da Região de Integração do Tocantins, Pará, Brasil.
Nota. Paes e Cruz (2025).

Além da análise documental, foi conduzido o trabalho de campo com o objetivo de compreender os aspectos socioterritoriais, econômicos e culturais envolvidos no cultivo tradicional do cacau de várzea. Para tanto, foram realizados contatos com lideranças de cooperativas e de associações comunitárias situadas nas ilhas de Arauaia (Barcarena) e de Tamanduá Costa (Cametá), bem como entrevistas semiestruturadas com agentes locais na Ilha de Angapijó, no município de Mocajuba (PA). As entrevistas, realizadas *in loco*, buscaram apreender as práticas tradicionais de manejo, a dinâmica da produção e os vínculos identitários associados ao cacau originário da RI do Tocantins.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo declaram que a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), tampouco ao Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), por não se enquadrar nos critérios obrigatórios de submissão, conforme as

normativas éticas nacionais e internacionais. As atividades desenvolvidas envolveram entrevistas voluntárias, observação direta in loco e levantamento de informações de caráter qualitativo, sem qualquer tipo de intervenção invasiva, manipulação biológica ou riscos físicos, psíquicos ou sociais aos participantes. Dessa forma, a pesquisa atende aos critérios de isenção previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho

Nacional de Saúde e respeita os preceitos éticos estabelecidos pela Declaração de Helsinque (1964 e atualizações). Todos os(as) participantes foram devidamente informados quanto aos objetivos da pesquisa, à utilização de seus depoimentos e ao direito de se retirar a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. Foi assegurado o consentimento livre e esclarecido, com ênfase na autonomia, dignidade e voluntariedade da participação. Os dados pessoais foram tratados com estrita confidencialidade, sendo todos os registros anonimizados no momento da análise e divulgação dos resultados.

Resultados e discussão

A cacauicultura é uma atividade agrícola de suma importância econômica para o estado do Pará. Além da relevância econômica, há também um valor imaterial neste produto, pois a produção está ligada a saberes tradicionais, à construção de identidades coletivas e a interações dinâmicas entre gerações (ancestralidade) marcadas por relações de identidade originária com o território, gerando vínculos de pertencimento e laços de afeto.

Na RI Tocantins predomina o cacau originário de várzea, conhecida como «cacauicultura ancestral», sendo destaque os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá, Mocajuba, Moju, Igarapé-Miri e Baião. Trata-se de uma atividade que não é explicitamente registrada, uma vez que os dados oficiais não incluem todas as formas de produção da região, mas são de grande importância para o sustento de famílias e à proteção ambiental, pois o cultivo não segue a lógica monocultora de larga escala, mas a da Agroecologia.

O cacau cultivado no ecossistema de várzea representa uma das variedades nativas exploradas comercialmente na RI Tocantins. Segundo Neves *et al.* (2025), as amêndoas do cacau da região se distinguem por atributos sensoriais peculiares, decorrentes tanto de suas características genéticas quanto dos processos tradicionais de beneficiamento, que lhes conferem uma qualidade singular.

O cultivo do cacau de várzea na RI Tocantins está historicamente vinculado aos modos de vida das comunidades ribeirinhas, constituindo uma prática tradicional que articula saberes ancestrais, uso sustentável

da biodiversidade e reprodução sociocultural. Esse sistema é resultado da interação histórica entre biodiversidade e diversidade cultural (Barroso *et al.*, 2023; Rodrigues, 2024).

Sua origem remonta aos povos originários que habitavam a região. Posteriormente, a cultura foi incorporada ao sistema de produção colonial, como pode ser verificado nas crônicas do padre jesuíta João Daniel (1722-1776):

o cacau natural todo nasce em alagadiços ou terras úmidas, de sorte que as cheias não só ficam metidos na água os seus pés, mas também em algumas paragens ficam submergidas as mesmas árvores, contudo o cacau manso, isto é, hortense, dá-se bem em toda terra, ou seja úmida, ou alagadiça, ou firme, ou alta; porque em todas estas paragens o vi muito bem florente, crescido e frutífero [...] Os antigos, quando queriam fazer algum plantamento de cacau, levantavam da terra um jirau, isto é, um ou mais canteiros levantados da terra sobre paus para evitar as muitas águas do inverno; e em cestos, ou fofos cheios de boa terra, que regavam de quando em quando, lançavam as pevides de cacau e com cuidado as cultivavam assim um ano; no momento que elas se punham capazes de se transplantarem, alimpavam o terreno, em que haviam de fazer o plantamento [...] sobre a feitoria do chocolate, e sua conservação, também será bem aceita a sua notícia, se para ensinar me deram licença seus feitores, pois no Pará e Amazonas, onde o cacau, e chocolate é tão usual, e ordinário, todos os moradores o sabem fazer, posto que uns melhores que outros. O modo mais ordinário que lá usam é assim: tomem o cacau que querem, deitam-no em forno côncavo, dos que lá usam para fazer, e torrar a farinha-de-pau, que por outras palavras lhes podem chamar de frigideiras [...] Ali põem o cacau, o qual vão mexendo para se torrar todo igualmente [...] Assim bem torrado, e bem quente deixam dentro de pilões, onde com boas mãos de pau o vão batendo, e moendo até o fazerem como umas papas; e em ser bem pisado, e moído sem granitos consiste a maior mestria de chocolate (Daniel, 2004, pp. 253, 413-414).

Conforme aponta Daniel (2004), muito antes do advento da colonização europeia, o cacau já ocupava posição central nas dinâmicas socio-culturais das populações originárias da região. Tratando-se de uma planta nativa e abundante no território, era amplamente utilizado tanto como alimento consumido in natura quanto em preparações beneficiadas, resultado de um saber-fazer singular, transmitido oralmente e enraizado nas práticas cotidianas dessas comunidades.

Visando ampliar a ocupação do território amazônico, a Coroa Portuguesa estimulou a migração de grupos europeus para a Capitania de Cameté com o objetivo de explorar os recursos naturais, dentre eles o cacau.

Posteriormente, o projeto pombalino do século XVIII consolidou a lógica agroextrativista da cacauicultura na região (Chamboleynon, 2023).

Na atualidade, a cacauicultura é vetor relevante das identidades socioeconômica e cultural de habitantes da RI Tocantins. Seu sistema de produção tradicional abrange conhecimentos da natureza e cuidados com as plantas nativas, assim como o plantio de mudas selecionadas, a colheita cuidadosa, a escolha de sementes, a fermentação, a secagem das amêndoas e a elaboração artesanal de derivados, como chocolates, pães², geleias, cremes, doces e capilés, que se revelam fundamentais à economia familiar local.

O sistema produtivo do cacau de várzea na RI Tocantins exemplifica formas de agricultura de base ecológica enraizadas no conhecimento local, na diversidade biológica e no manejo sustentável dos recursos naturais, características fundamentais dos sistemas agroecológicos tradicionais (Altieri, 2009). Tais práticas asseguram as reproduções materiais e simbólicas das comunidades ribeirinhas e contribuem para a conservação dos ecossistemas de várzea e, ao promover a fixação de carbono e evitar o desmatamento, para o enfrentamento das mudanças climáticas. Tal perspectiva se insere nos debates contemporâneos sobre sociobiodiversidade e justiça territorial, os quais apontam as necessidades de reconhecer e fortalecer formas autônomas de manejo sustentável de recursos naturais fundamentadas por saberes locais e científicos e em práticas de economia solidária (Boege, 2017; Toledo e Barrera-Bassols, 2009).

O cultivo do cacau na RI Tocantins é elemento estruturante da ocupação e da permanência das comunidades nas áreas de várzea. A sustentabilidade constitui o alicerce do cultivo do cacau de várzea, manifestando-se na preservação dos ecossistemas fluviais e na valorização dos saberes tradicionais.

Nos últimos anos, a atividade cacauieira paraense vem passando por um processo de (re)valorização, que se expressa nos dados de produção. Entre 1974 e 2023, a produção passou de 980 para mais de 138.471 toneladas³ (gráfico da Figura 2).

2 Processo tradicional, feito com a massa das amêndoas secas de cacau; prática típica ancestral dos ribeirinhos da RI Tocantins (Daniel, 2004; Laredo, 2022).

3 A produção de 2024 superou 152 mil toneladas de cacau, com participação de 51,80% na produção nacional. Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/52712/com-apoio-do-estado-producao-e-exportacao-do-cacau-paraense-crescem-com-reconhecimento-internacional#:~:text=Par%C3%A1Com%20uma%20estimativa%20de,31%2C5%20mil%20produtores%20e>

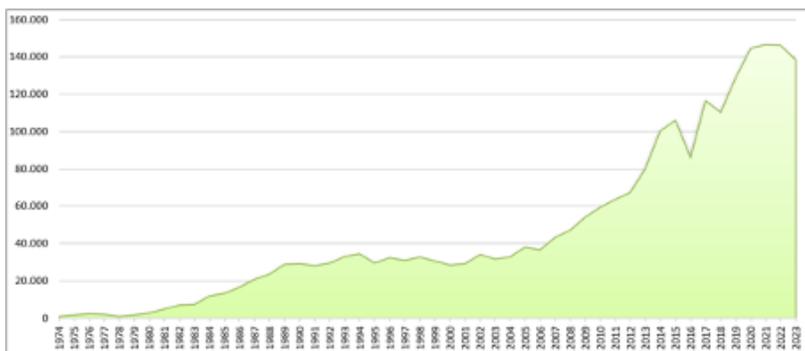


FIGURA 2. Gráfico da produção de cacau no estado do Pará entre 1974 e 2023.
Nota. IBGE (2025).

Como se observa, o estado passou de produtor marginal a protagonista nacional, porém com sistemas produtivos diversos. Segundo Homma (2019), o estado é caracterizado por uma agricultura familiar de bases agroecológica e extrativa, localizada em áreas de várzea, com destaque para a RI Tocantins, e por um modelo produtivo monocultor conhecido como pleno sol⁴, de terra-firme, com destaque para a RI Xingu (gráfico da Figura 3).

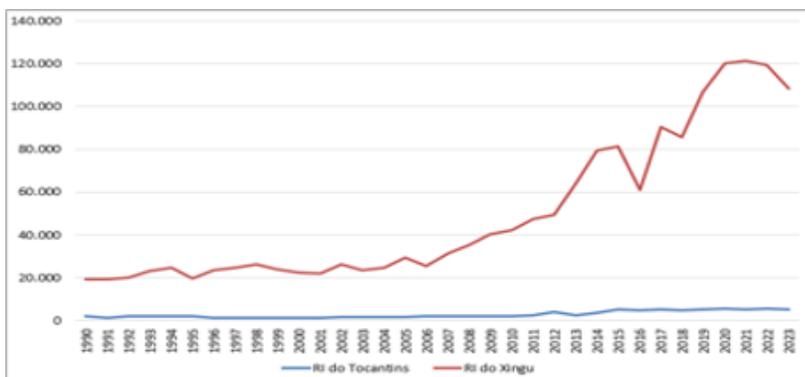


FIGURA 3. Gráfico da produção de cacau nas RI Tocantins e Xingu entre 1990 e 2023.
Nota. IBGE (2025).

4 «Os sistemas de produção a pleno sol, por sua vez, não possuem espécies arbóreas consorciadas para a provisão de sombra ou de outro tipo de interação biológica. Os consórcios com outras espécies ocorrem, quando muito, apenas durante a implantação das lavouras (Piasentin e Saito, 2014). São, portanto, monoculturas de cacau, submetidas ao uso intensivo de adubos químicos e de agrotóxicos, com baixas diversidades biológica e genética, pois se adota, em larga escala, a reprodução clonal nestes sistemas» (Folhes e Serra, 2023, pp. 5-6).

A produção da RI Tocantins não acompanha a taxa de crescimento da RI Xingu, mastambém apresenta alta, saltando de 1.500 toneladas, na década de 1990, para cerca de 4.000 toneladas em 2023.

A coexistência de sistemas diversos de produção abre importantes debates sobre sustentabilidade, sobre governança territorial e sobre políticas públicas diferenciadas. Nesse prisma, Costa e Soares (2016) chamam a atenção para a importância da cultura do cacau, uma vez que os autores explicam que a qualidade das amêndoas («*bulk*», cacau fino e especial)⁵ resultam de distintas formas de manejo, cultivo e manipulação:

Um dos resultados obtidos neste trabalho, através da técnica de observação sistematizada, foi a constatação de que os ambientes naturais onde estão instalados alguns plantios de cacau no Brasil são verdadeiramente difíceis de imitação e difícil substituição. É o caso, por exemplo, dos plantios de várzea na Região Amazônica, onde são encontradas plantas silvestres exploradas dentro de florestas nativas, a margem de grandes rios que periodicamente inundam as áreas de cacau, deixando «humus», ou seja, promove uma fertilização natural. Outra constatação, obtida através de entrevistas com os técnicos, é de que essas áreas de várzea, existentes nas margens dos grandes rios da Amazônia (Pará, Amazonas e Acre), são vistas como áreas problemáticas para a produção do cacau, entretanto, os trabalhos de Cros (1989), Barel (2005), Afoakwa (2008), Cambrai (2010) concluem que, além da variedade de cacau, um dos fatores que influencia o aroma e o sabor é o meio ambiente, solo, clima, vegetação, topografia. A partir daí pode-se deduzir que existe uma probabilidade que o aroma e o sabor do cacau desta região podem ser diferenciados. Assim, essa condição de várzea, considerada por alguns como problemática, se constitui, na realidade, em um recurso valioso para o estabelecimento de uma estratégia de diferenciação para a produção de cacau fino (Costa e Soares, 2016, pp. 232-233).

A cacauicultura da RI Tocantins representa um elemento-chave na articulação entre território, cultura, produção e sustentabilidade (Viana, 2020). Diferentemente de outras regiões, seus usos e seus significados se revelam enraizados nas práticas cotidianas, na memória social e nos modos de vida das populações locais. Compreender esta trajetória é fundamental para situar o cacau de várzea como símbolo cultural do patrimônio sociobioterritorial da Amazônia tocantina paraense.

5 Costa e Soares (2016) explicam as diferentes classificações das amêndoas de cacau, feitas pelo mercado internacional: «*bulk*» (cacau não aromático, considerado padrão ou básico, provenientes em grande parte de monoculturas); cacau fino; e especial (orgânico, «*fair trade*» [ou comércio justo], «*rain forest*» [Sanchez]), geralmente originário de florestas preservadas, com ausências de mecanização e de agrotóxicos.

Identidade cultural e saberes tradicionais

O pilar identitário das comunidades ribeirinhas da RI Tocantins está profundamente enraizado no manejo tradicional e na convivência equilibrada com a floresta, garantia de existência e resistência destes povos. Nesse processo, uma das riquezas naturais e ancestrais que se destaca é a do cacau originário de várzea, cuja importância transcende as esferas agrícola e econômica, pois o cultivo deste recurso singular, enquanto prática histórica, articula dimensões técnicas, simbólicas e afetivas na transmissão de saberes entre gerações por meio de narrativas, de celebrações e de práticas culturais (Viana, 2020).

As vivências cotidianas das comunidades da RI Tocantins, atravessadas por dinâmicas de dominação, de desigualdade e de resistência, construíram uma memória coletiva, que tem um marcador simbólico no cacau. As narrativas orais, registradas por pesquisadores e por lideranças locais, destacam os contrastes históricos entre a chamada «Região do Cacau» e outras porções do estado do Pará, reforçando o papel da fruta nativa como componente fundante das identidades cultural e territorial destas populações, cujo produto é considerado moeda de troca (Chamboleynon, 2023; Cruz, 2011; Laredo, 2022).

Entre os relatos, destaca-se o depoimento de Salete Aquime, professora e moradora de Cameté (PA), que descreve, com riqueza de detalhes e nostálgica sensibilidade, momentos de sua trajetória pessoal profundamente marcados pela cultura do cacau originário. Sua narrativa resgata memórias carregadas de significados afetivos e históricos, evidenciando a importância do cacau como uma das riquezas que compõem a sociobiodiversidade da Amazônia paraense e reafirmando os valores culturais e ecológicos deste produto ancestral, conforme demonstrado na pesquisa de Laredo (2022, p. 383):

Encanta-me até hoje, o processo em que é feito o chocolate caseiro com as sementes secas do cacau, num processo que envolve a torragem das sementes, de pilagem no pilão de madeira, operação que tritura as sementes, que se transforma numa pasta consistente enrolada em folha de cacau para o processo de endurecimento, denominado pão de chocolate. Depois de seco e consistência endurecida é ralado e do pó feito o saboroso chocolate!

Assim, o cacau se mantém como produto de elevados valores simbólico-cultural, econômico e social, pois as práticas que o envolvem, além de diversificar a renda familiar, mantendo vivo um saber único, conseguem promover e reforçar laços comunitários, a exemplo da prática conhecida

como «convidado»⁶, que consegue estimular o desenvolvimento local com base em princípios de economia solidária (Rodrigues e Medeiros, 2024, Viana *et al.*, 2020).

A conexão entre a comunidade ribeirinha e a floresta, por intermédio da cultura ancestral do cacau de várzea, foi constatada em trabalho de campo realizado na Ilha de Angapijó, em Mocajuba (PA), em que os produtores locais, ao relatar suas práticas, evidenciaram forte relação de pertencimento, tanto com o território quanto com o modo tradicional de cultivar o cacau, revelando que a lavoura transcende a dimensão econômica e se inscreve nas construções de identidades e de memórias coletivas.

É o modo tradicional mesmo. É roçagem com terçado, apanha com, com gancho, sendo a limpeza tudo manual mesmo, sem, sem usar máquinas, simplesmente só mesmo o trabalhador e o seu terçado. E pra, pra roçar é terçado. Até mesmo para nós derrubar alguma árvore, às vezes que está empatando, essas coisas a gente a gente usa uma forma antiga mesmo que o meu pai usava, que é a tradicional, que é anelar o pau até que seque, morra para poder cair no cacão, para poder cair [...] os galhos, depois o tronco. A gente não usa motosserra assim para derrubar (Informação verbal de Produtora 1, da Ilha de Angapijó, 2025).

Tem árvores aqui no verão que nós deixa a desejar. Tem árvore que deixamos aqui e ela não protege o cacueiro. Então, eu estudei aqui mesmo, fiquei pensando, eu ficava pensando, imaginando. Então, eu deixo árvores que elas não estranham no verão. Pode o verão está arrojado que elas protegem mesmo o cacueiro. E tem árvores aqui que é preciso deixar. Um assacuzeiro desse aqui ele é muito bom porque ele protege o cacueiro. Sei lá! Alguma coisa ele faz para o cacueiro pra ele não morrer perto dele, pode estar encostado perto dele, como tá por lá, ele não faz mal nenhum. É [...] outra planta que não faz mal nenhum, a seringueira. Você vê a seringueira [...] pode deixar que ela não faz nenhum mal. Agora a seringueira deixa vulnerável o cacau quando está no verão arrojado. Ela troca a folha e deixa o cacueiro, onde tiver vira um roçadeiro e morre mesmo! Aí eu deixo um assacuzeiro e uma virola no meio dos dois (Informação verbal de Produtor 2, da Ilha de Angapijó, 2025).

6 «Trabalho comunitário combinado, em que amigos e parentes se reúnem, através de laços de reciprocidade, para a plantação de grandes roçados. Em ecossistemas de várzea, essa relação se dá nos dias de colheita e envolve basicamente a família, em um momento marcado por grande agitação, piadas e gargalhadas, que continuam, após a colheita, nas reuniões familiares, principalmente aos domingos, ou em cultos religiosos, para os evangélicos» (Rodrigues e Medeiros, 2024, p. 4).

Viana (2020) explica que as experiências vividas ao lado de familiares, os momentos de preparo e de colheita da produção, bem como as vivências e os rituais ligados ao trabalho, compõem uma memória coletiva, que molda as identidades locais e simbióticas com a floresta de forma intergeracional. Essa dinâmica organiza o tempo, o espaço e a divisão das tarefas entre as pessoas dos grupos familiar e comunitário.

Nas ilhas da RI Tocantins também observamos a crescente participação das mulheres nos processos de produção, gestão e tomada de decisões no âmbito da agricultura familiar. Esse protagonismo feminino, historicamente invisibilizado pelas estruturas tradicionais de poder, tem ganhado visibilidade por meio da atuação de lideranças, que articulam territorialidade, resistência e organização coletiva.

Um exemplo emblemático é o de Marivalda Rodrigues Amaral, mulher ribeirinha, produtora do cacau originário, que preside a Associação dos Moradores Assentados de Angapijó. Sua atuação reflete o fortalecimento do papel das mulheres nas dinâmicas comunitárias e a consciência política do valor territorial do cacau de várzea, cujas preservação e valorização defende como expressão identitária e como estratégia de desenvolvimento sustentável para a região:

porque já teve um cara que veio aqui de dinheiro e disse, largam isso e fazem um grupo de vocês que nós vamos viver bem. Aí eu disse que não, não queria isso! Eu quero outra coisa [...] eu quero ver ali os moradores, que lá já foi repleto na época dos meus pais, como te falei, dos ancestrais. Essa ilha era cheia de casas. Nós fomos criados na ilha. Nós fomos criados na ilha. Então, eu tenho, eu tenho o barro da ilha no meu pé, entendeu?! Fomos criado ali! Antes de tudo isso sabe! O sonho do meu pai ali! Quando meu pai [...] Sabe como o meu pai fazia a muda dele de cacau? Esse cacaoal que nós andamos, da época do meu pai, ele pegava a pevide dos cacau, pouco que tinha, muito pouco! Ele pegava a pevide, ele chupava ou então [...] tem a mucura que come e nasce aqueles no pé. Ele [...] todos aqueles cacaoal que o senhor vê mais alto, foi meu pai que plantou da mucura. Ele ia, enterrava aqui e ali e ia plantando. Então isso é [...] mexe com nós! (Informação verbal de Produtora 3, da Ilha de Angapijó, 2025).

Esse protagonismo presente em Angapijó, em Mocajuba, na RI Tocantins, também é observado no trabalho artesanal de mulheres no processamento de derivados da amêndoa do cacau, essencial à realidade comunitária, tanto na continuidade da produção quanto na preservação e na transmissão dos saberes tradicionais.

Tais práticas reforçam os processos de referencialidade cultural, ao passo que fortalecem os vínculos sociais e produzem memórias afetivas

compartilhadas, fundamentais à construção de sentimentos de pertencimento sociobioteritorial (Pinheiro, 2025).

Dessa forma, o laço comunitário, assim como a participação da mulher, é também evidenciado na comunidade da Ilha de Tamanduá Costa, no município de Cametá, em que constatamos que os saberes e as práticas tradicionais comunitárias ligados ao cultivo do cacau e à vida nas várzeas constituem um patrimônio cultural essencial à identidade coletiva das comunidades ribeirinhas.

Esses conhecimentos transmitidos entre gerações fortalecem a conexão e o sentimento de pertencimento ao território. Conforme destacam Pinheiro e Oliveira (2022), reconhecer e valorizar estas práticas é fundamental à preservação da diversidade cultural e serve como estratégia de desenvolvimento local sustentável, especialmente em contextos historicamente subalternizados.

A atuação das mulheres na cadeia produtiva do cacau de várzea na RI Tocantins transcende as etapas de cultivo e de manejo agrícolas, estendendo-se à comercialização, ao beneficiamento artesanal e à promoção sociocultural dos produtos derivados de formas ativa e estratégica. Conforme Barbosa (2023), as mulheres ribeirinhas, sendo que muitas são as principais provedoras do lar, ocupam posição central na cacauicultura regional, atuando de maneira integral e contribuindo significativamente para as sustentabilidades econômica e simbólica da atividade.

Esse protagonismo feminino se torna visível em eventos como feiras agroextrativistas e festivais temáticos, nos quais elas comercializam produtos, valorizam e difundem os saberes tradicionais vinculados ao cacau enquanto elemento identitário e patrimônio sociocultural das comunidades de várzea.

Nota-se o potencial da organização comunitária e o papel importante das mulheres nas diversas etapas do cultivo, do beneficiamento e da comercialização do cacau originário de várzea da RI Tocantins. Essas atividades fazem do cacau originário de várzea um ativo em potencial, além de eixo fortalecedor da autonomia econômica das mulheres, que pode promover a visibilidade e o fortalecimento do valor imaterial do território.

Os sistemas socioprodutivos historicamente desenvolvidos pelas comunidades ribeirinhas da RI Tocantins refletem esquemas de conhecimento tradicionais que, segundo Altieri (2008), integram saberes ecológicos locais a estratégias adaptativas de biodiversidade, configurando verdadeiros métodos agroecológicos. Tais práticas também constituem formas de resistência aos modelos agroindustriais hegemônicos, pois são

enraizadas em relações harmônicas entre cultura e natureza, fundamentais à permanência das populações tradicionais em seus territórios.

Dinâmicas ecológicas e territoriais da cacauicultura tocantina

O cultivo tradicional do cacau de várzea nas comunidades ribeirinhas da RI Tocantins é adaptado aos ciclos naturais de inundação dos rios, integrando práticas agroecológicas sustentáveis. Essa atividade fortalece a identidade cultural local, pois adaptada às particularidades ecológicas, contribui para a conservação e para o equilíbrio da sociobiodiversidade da região (Homma, 2014, 2018, 2022).

Esse tipo de agricultura de base ecológica, caracterizada pela baixa degradação e pela manutenção da cobertura florestal, representa um modelo eficaz de uso sustentável dos recursos naturais, além de reforçar a territorialidade das comunidades, pois está diretamente ligada à ancestralidade, à organização do trabalho e à permanência no território (Almeida, 2010).

O cultivo do cacau, nesse contexto, representa uma territorialidade construída sobre saberes ancestrais e práticas sustentáveis. Conforme Porto-Gonçalves (2001), a Amazônia deve ser compreendida em sua diversidade socioterritorial, em que a permanência das culturas de cacau simboliza uma resistência às pressões do modelo hegemônico de desenvolvimento, reafirmando as resiliências socioculturais e ecológicas das comunidades locais.

As transformações ambientais provocadas pelas mudanças climáticas, aliadas à expansão de atividades econômicas de larga escala, como o agronegócio e os projetos hidrelétricos, têm gerado efeitos severos sobre os ecossistemas da RI Tocantins. Entre os impactos mais visíveis estão alterações de regimes hidrológicos, assoreamentos e contaminações de corpos d'água, bem como fragmentações de habitats naturais. Essas mudanças comprometem diretamente os sistemas produtivos tradicionais, ampliando sua vulnerabilidade e ameaçando a continuidade de práticas historicamente sustentáveis.

Nesse cenário, a cacauicultura desenvolvida em áreas de várzea surge como modo produtivo coerente com os princípios da Agroecologia. Como argumenta Altieri (2008), sistemas agrícolas sustentados pelo conhecimento tradicional, baseados na diversidade e adaptados às condições ecológicas locais, são fundamentais à resiliência de territórios rurais. O cultivo do cacau na RI Tocantins, realizado de forma espontânea ou com mínima intervenção em áreas periodicamente alagadas, exige baixo uso de insumos externos e preserva a rica biodiversidade do entorno das plantações.

Homma (2022) ressalta que o cacau de várzea, inserido em sistemas agroflorestais ou extrativistas, representa uma alternativa econômica viável e sustentável aos agentes da agricultura familiar amazônica, e a valorização desta cadeia produtiva, sobretudo quando associada a práticas de beneficiamento artesanal, fortalece a autonomia local sem comprometer os recursos naturais. O pesquisador também argumenta que o cultivo do cacau se mostra estratégico tanto para a conservação da floresta quanto para a recuperação de áreas degradadas, uma vez que a espécie exige a presença de outras plantas nativas, contribuindo para a manutenção e para o equilíbrio da biodiversidade. Para tanto, é imperativa, nesse processo, a união entre os saberes tradicional e científico e o apoio governamental a esta atividade tradicional.

Complementarmente, Renó (2016) destaca que os saberes tradicionais relacionados ao manejo de várzea desempenham papel crucial na conservação dos serviços ecossistêmicos. São esses conhecimentos, transmitidos intergeracionalmente, que orientam os usos científicos e racionais da paisagem e que asseguram a reprodução social das comunidades ribeirinhas em harmonia com a natureza.

Desse modo, a cultura do cacau de várzea, para além de sua relevância econômica, revela-se como expressão de uma estratégia territorial baseada na convivência com o meio natural, no uso sustentável dos recursos e na valorização dos ativos culturais e ecológicos da Amazônia paraense.

A análise das dinâmicas ecológicas e territoriais permite compreender como o cultivo do cacau e os sistemas tradicionais de uso da terra são moldados pelas condições ambientais específicas da várzea amazônica. Tais práticas revelam formas sustentáveis de manejo e de conservação, reforçando a territorialidade e a resistência das comunidades locais. Esses vínculos entre natureza, cultura e produção são fundamentais ao desenho de estratégias, que visem à sustentabilidade e à valorização do cacau como ativo socioambiental, demandando políticas públicas integradas que apoiem o manejo tradicional e a transição agroecológica nos territórios ribeirinhos.

Inserção no mercado e desafios da agregação de valor ao produto

Conforme dados do IBGE (2024), os municípios ribeirinhos de Cametá, Acará, Barcarena e de Mocajuba, localizados no território da RI Tocantins, figuram entre os principais polos de produção de amêndoas de cacau oriundas de ecossistemas de várzea (Tabela 1).

TABELA 1. Municípios da RI Tocantins maiores produtores de amêndoa de cacau nos últimos 50 anos

Municípios	Anos de referência		Produção de amêndoa de cacau (em toneladas)		Taxa de crescimento
Cametá	1974	1984	304	1067	250%
	1984	1994	1067	991	-7%
	1994	2004	991	1148	15%
	2004	2014	1148	1835	59%
	2014	2023	1835	2885	57%
Acará	1974	1984	6	276	4500%
	1984	1994	276	300	8%
	1994	2004	300	78	-74%
	2004	2014	78	510	553%
	2014	2023	510	731	43%
Barcarena	1974	1984	30	4	-86%
	1984	1994	4	109	2625%
	1994	2004	109	71	-34%
	2004	2014	71	421	492%
	2014	2023	421	626	48%
Mocajuba	1974	1984	300	364	21%
	1984	1994	364	302	-17%
	1994	2004	302	280	-7%
	2004	2014	280	512	82%
	2014	2023	512	319	-37%

Nota. Organizado pela autora, a partir de IBGE (2024).

Considerando os anos de referência de 2014 e 2023, esses municípios totalizaram, em conjunto, uma produção de 7.839 toneladas. Destacaram-se no período os municípios de Cametá e de Acará, que apresentaram as expressivas taxas de crescimento na produção de 57% e de 43%, respectivamente, evidenciando o dinamismo da atividade na região e, também, o potencial do cacau de várzea como ativo territorial estratégico.

Segundo Veloso *et al.* (2025), a valorização crescente dos produtos de origem amazônica e das práticas agroecológicas proporciona oportunidades para que ocupantes de pequenas propriedades se estabeleçam em nichos de mercado mais exigentes, especialmente nos setores de alimentos orgânicos e de produtos de valor agregado.

Sanches Júnior *et al.* (2024) argumentam também que a RI Tocantins apresenta um potencial significativo e estrategicamente promissor para a verticalização da cadeia produtiva do cacau, especialmente no que se refere à produção de chocolate de origem, fino e de alta qualidade. No entanto, os autores enfatizam que a consolidação deste processo demanda investimentos consistentes em infraestrutura, bem como maior controle técnico ao longo das etapas de produção, a fim de garantir a padronização, a rastreabilidade e a qualificação do produto ofertado ao mercado.

As amêndoas de cacau do baixo Tocantins se destacaram em 2019 no maior festival de chocolate do cacau, o «Salon Du Chocolat», em Paris, França. Elas foram reconhecidas pela alta qualidade do tipo 1 e provêm das ilhas dos municípios de Mocajuba e Cametá. Apesar desse reconhecimento, uma grande parte das amêndoas de cacau ainda é comercializada como cacau comum, devido apresentar defeitos oriundos, amêndoas quebradas, furadas e/ou germinadas, secagem incompleta, além de armazenamento inadequado. Além disso, é interessante salientar a escassez de dados que possam refletir a realidade da produção de cacau e a sua dinâmica nas comunidades (Sanches Junior *et al.*, 2024, p. 2).

A colheita e o escoamento das amêndoas são outros gargalos; em sua maioria, esses ocorrem por igarapés e por rios, visto que os cacauzeiros estão localizados em áreas centrais de floresta de várzea, frequentemente distantes de moradias e das estruturas de beneficiamento artesanal.

Tal cenário decorre da carência de infraestrutura básica e da ausência de políticas públicas eficazes de apoio aos produtores tradicionais. Como consequência, a produção chega aos centros urbanos por meio de atravessadores, que dispõem de moedoras industriais, em grande parte, seguindo por transporte terrestre até os estados da Bahia e de São Paulo, em que estão concentrados os principais parques industriais brasileiros, responsáveis pelo beneficiamento e pela agregação de valor ao cacau (Frederico *et al.*, 2021).

A cadeia produtiva do cacau originário, embora promissora e em expansão, carece de políticas públicas efetivas e de apoio institucional contínuo para que se torne sustentável nos pontos de vista econômico, social e ambiental. Muitos elaboradores atuam em condições precárias, sem acesso a crédito rural, a assistência técnica especializada ou a capacitações voltadas ao beneficiamento e à agregação de valor (Viana, 2020). Além disso, a informalidade ainda predomina em parte da cadeia, dificultando a rastreabilidade e a certificação dos produtos, fatores essenciais à inserção destes em mercados mais exigentes.

A construção de uma cadeia produtiva justa, solidária e sustentável depende da articulação entre produtores, Estado, sociedade civil, instituições científicas e movimentos sociais em prol de um modelo de desenvolvimento enraizado no território e comprometido com o bem-viver das populações amazônicas, como afirmam Silva *et al.* (2024).

O cacau produzido na várzea está se destacando no âmbito comercial, principalmente pela produção sustentável e pela melhoria da renda do produtor. Assim, a capacitação de produtores de cacau de várzea no estado do Pará pode gerar renda e empregos e diversifica a produção ribeirinha, visto que as amêndoas possuem grande valor comercial, podendo ser comercializada nacional e internacionalmente, e estão diretamente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU (ODS 8, Empreendedorismo e desenvolvimento econômico; ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis; e ODS 13, Combate as alterações climáticas) (Silva *et al.*, 2024, p. 11).

A inserção do cacau de várzea em mercados diferenciados exige mais do que infraestrutura logística e acesso a financiamentos: é imprescindível consolidar políticas públicas estruturantes, promover justiça socioambiental, oferecer apoio técnico-científico e reconhecer o protagonismo das comunidades ribeirinhas na manutenção de sistemas produtivos tradicionais. Nesse viés, o fortalecimento da economia solidária, o acesso a mercados diferenciados e a valorização dos saberes locais são estratégias essenciais à consolidação de uma cadeia produtiva sustentável e inclusiva na Amazônia tocantina.

A cadeia produtiva do cacau da RI Tocantins apresenta um potencial notável, tanto pela qualidade intrínseca do produto quanto pela estruturação de arranjos produtivos locais ambientalmente justos. Essa estrutura não apenas assegura a existência de várias formas de vida no ambiente, mas também fortalece a dignidade humana e o protagonismo social e traz a valorização dos saberes tradicionais, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica e de exclusão histórica (Veloso *et al.*, 2025).

Nesse contexto, a economia solidária emerge como alternativa relevante ao modelo convencional de mercado. Por meio de práticas de autogestão, de cooperação e de distribuição equitativa de benefícios, os responsáveis pela produção podem romper com a lógica de dependência imposta pelos intermediários, conquistando maior autonomia nas definições de preços e de condições de comercialização (Dallabrida, 2024; Gaiger e Kuyven, 2019; Veloso *et al.*, 2025). Seguindo a linha de raciocínio destes autores, essa dinâmica pode ser favorecida pela constituição de redes locais de circuitos curtos de produção e de consumo que reforçam a circulação interna de recursos e o enraizamento produtivo.

Conclusões

A cultura do cacau de várzea da Região de Integração do Tocantins, no estado do Pará, constitui expressão singular da sociobiodiversidade amazônica, articulando saberes ancestrais, territorialidade, sustentabilidade e geração de renda. Trata-se de uma prática produtiva que, embora enraizada em valores culturais e ambientais, não se encontra à margem do sistema capitalista global; ao contrário, revela-se capaz de nele se integrar de forma adaptada, sob uma lógica de base familiar e solidária, distinta da lógica predatória da monocultura de larga escala presente na região e sinônimo de desenvolvimento. Essa produção, de caráter extrativo e artesanal, promove uma economia de respeito aos ciclos naturais, à diversidade biológica e à dignidade do trabalho humano, valorizando a floresta em pé e a permanência dos povos em seus territórios.

Todavia, mesmo diante de sua relevância sociocultural, econômica e ecológica, as comunidades produtoras enfrentam múltiplos obstáculos que comprometem sua inserção e valorização no mercado. Embora não se identifiquem, atualmente, pressões externas latentes sobre a posse da terra, tampouco conflitos diretos com grandes corporações do agronegócio ou articulações político-empresariais excludentes, os desafios estão centrados em gargalos estruturais decorrentes de sua história colonial e de região de fronteira, que limitam o potencial transformador dessa cadeia produtiva.

Entre os principais entraves está a ausência de assistência técnica qualificada e continuada, fundamental para a integração entre os saberes tradicionais e as tecnologias apropriadas que permitam agregar valor ao produto. A carência de capacitações específicas sobre manejo, fermentação, secagem, beneficiamento e comercialização inviabiliza a padronização e o acesso a mercados exigentes. Soma-se a isso a falta de infraestrutura física e sanitária adequada que impeça contaminações, assegure qualidade e promova boas práticas de manipulação e conservação do cacau.

A geografia da várzea amazônica impõe ainda desafios logísticos consideráveis: as áreas de cultivo, frequentemente alagadas, dificultam a colheita, o transporte e o armazenamento das amêndoas. A logística fluvial, embora essencial à manutenção do modo de vida tradicional, é custosa e incerta, prejudicando o escoamento regular da produção e limitando o alcance de mercados mais estruturados.

Contudo, debilidades organizacionais das associações e cooperativas também dificultam a articulação coletiva dos produtores, fragilizando a comercialização em escala, a obtenção de selos de origem e qualidade (como o selo orgânico, da economia familiar ou do comércio justo), além

de restringir o acesso a editais, créditos e políticas públicas. Este contexto oportuniza a ação e dependência de atravessadores para o escoamento e venda das amêndoas de cacau, o que compromete a geração e fixação de renda nos territórios, além de forçar os produtores a venda do produto na forma *in natura* e com baixo valor.

Além dos gargalos técnicos e territoriais, problemas estruturais mais amplos agravam a vulnerabilidade das comunidades. A ausência do Estado na oferta de serviços básicos, como saúde pública de qualidade, educação formal adequada e segurança pública, compromete profundamente as condições de vida dos ribeirinhos. Em decorrência dessa lacuna, algumas áreas da RI Tocantins vêm sendo gradualmente afetadas pela presença do crime organizado, que se aproveita do vazio institucional para exercer influência sobre populações jovens e economicamente vulneráveis.

Esse cenário tem implicações diretas sobre a continuidade da cultura tradicional do cacau. A juventude local, diante da escassez de perspectivas educacionais e profissionais, enfrenta dois caminhos: ou é seduzida pelo tráfico de drogas e pela criminalidade ou migra para centros urbanos em busca de oportunidades. Em ambos os casos, ocorre o esvaziamento das unidades produtivas familiares e o risco de apagamento intergeracional do saber-fazer ancestral que sustenta a cacauicultura ribeirinha.

Diante disso, torna-se imprescindível o investimento em políticas públicas articuladas que promovam:

- A verticalização da produção, com fortalecimento de agroindústrias familiares padronizadas e legalizadas;
- O acesso a tecnologias adequadas e a formação técnica contínua;
- A construção de infraestruturas sanitárias e logísticas;
- O fortalecimento das organizações comunitárias;
- A garantia de serviços básicos essenciais (saúde, educação, segurança);
- E o reconhecimento jurídico e simbólico do cacau de várzea, por meio de indicações geográficas e marcas coletivas.

Esses instrumentos não apenas valorizam a origem e a autenticidade do produto, mas também reforçam o vínculo identitário e cultural das comunidades com o território, assegurando visibilidade ética no mercado, rastreabilidade, preço justo e condições dignas para quem produz. Ao mesmo tempo, garantem ao consumidor um alimento saudável, carregado de tradição, com valor nutricional e ambiental relevante — consolidando uma cadeia produtiva coerente com os princípios da justiça social, ecológica e econômica.

O cacau da RI Tocantins é, portanto, mais do que uma commodity: é um símbolo da resistência cultural amazônica e uma estratégia potente de desenvolvimento territorial sustentável. Investir na sua valorização significa investir no bem-viver das populações tradicionais, na segurança alimentar das comunidades e na preservação da floresta em pé, com base na equidade, na ancestralidade e na inovação solidária.

A análise não se esgota aqui, visto que a pesquisa ainda está em fase de desenvolvimento e pretende apontar caminhos para proteção e valorização territorial da cacauicultura de várzea da RI Tocantins.

Contribución de autoría

Shirlene Cardoso Gaia participou en las funciones de conceptualización, curación de datos, análisis de datos, investigación, metodología, redacción del borrador original, y redacción, revisión y edición del texto final.

Benedito Ely Valente da Cruz participou en las funciones de conceptualización, curación de datos, análisis de datos, investigación, metodología, supervisión, validación, visualización, redacción del borrador original, y redacción, revisión y edición del texto final.

Fuente de financiamiento

Autofinanciado.

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

Agradecimientos

A Universidade do Estado do Pará (UEPA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, R. (2010). Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *Estudos Avançados*, 24(68), 291-298. <https://www.scielo.br/j/ea/a/Sjr-Q9BqjDpRtD4ndNnNfxcM/>

Altieri, M. (2008). *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. (5.ª ed.). Editora da UFRGS. <https://biowit.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/11/agroecologia-a-dinc3a2mica-produtiva-da-agricultura-sustentc3a1vel.pdf>

Barbosa, R. (2023). *Mulheres produtoras de cacau ganham destaque no Festival Internacional do Chocolate*. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca. <https://sedap.pa.gov.br/index.php/node/279>

Barroso, D. F. R., Dias, E. B. O., Vilhena, M. P. S. P., Thalês, M. C. e Silva, J. F. B. R. (2023). Sociobiodiversidade do baixo rio Tocantins: um estudo de caso em comunidades ribeirinhas de Mocajuba e Cametá. *Congresso Amazônias: Ambientes, Territórios e Desenvolvimento*. COAM. <https://www.even3.com.br/anais/ii-coam/689903-sociobiodiversidade-do-baixo-rio-tocantins--um-estudo-de-caso-em-comunidades-ribeirinhas-de-mocajuba-e-cameta/?bet=20240502lions-kw.html>

Becker, B. K. (2004). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Garmond.

Boege, E. (2017). El patrimonio biocultural y los derechos culturales de los pueblos indígenas, comunidades locales y equiparables. *Diario de Campo*, (1), 39-69. <https://revistas.inah.gob.mx/index.php/diariodecampo/article/view/11153>

Cazella, A. A., Medeiros, M., Desconsi, C., Schneider, S. e Paula, L. G. N. (2020). O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(3). <https://www.rbgrd.net/revista/index.php/rbgrd/article/view/5881>

Chamboleyron, R. (Org.). (2023). *As Drogas do Sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa*. Centro de História da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/62280/1/Web_As%20drogas%20do%20sert%3%A3o%20e%20a%20Amaz%C3%B4nia%20colonial%20portuguesa.pdf

Chaves, R. S. e Vieira, L. S. (1990). *Potencial das várzeas da Amazônia: uso e manejo*. FCAP. <https://repositorio.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5111/1/INFORME%20DID%20c3%81TICO%20-%20N%c2%ba%2009.pdf>

- Coslovsky, S. (2023). Oportunidades para aprimoramento da cacauicultura na Amazônia brasileira. <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Oportunidades-para-a-producao-de-cacau-na-Amazonia-Brasileira.pdf>
- Cruz, B. E. V. (2021). *Indicação Geográfica Queijo do Marajó: potenciais, limites e desafios para uma estratégia de desenvolvimento*. Imprensa Oficial do Estado.
- Cruz, M. S. R. (2011). O perfil identitário advindo da região do Cacau: uma construção da cultura local. *Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões*, 1(1). https://www.uesc.br/icer/artigos/perfilidentitario_mercia.pdf
- Dallabrida, V. R. (2016). *Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teóricos-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência*. Libert Ars.
- Dallabrida, V. R. (2024). *Desenvolvimento: ser ou não ser, eis a questão! Ideias para repensar o entendimento atual sobre desenvolvimento e avaliar a noção de «desenvolvimento territorial»*. CRV.
- Daniel, J. (2004). *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. (Vol. 2). Contraponto.
- Frederico, N. A. D., Castro, Í. M. A., Nagata, V. e Ferreira Filho, H. R. (2021). Gargalos e barreiras à sustentabilidade e inovação na cadeia produtiva do cacau na Amazônia: análise bibliográfica da cacauicultura paraense. *XXIII ENGEMA*. https://engemausp.submissao.com.br/23/anais/resumo.php?cod_trabalho=87
- Folhes, R. T. e Serra, A. B. (2023). Os efeitos da concorrência de trajetórias tecnológicas na economia cacauera paraense sobre as promessas de sustentabilidade do setor: um estudo a partir da transamazônica, Pará, Brasil. *Papers do NAEA*, 1(1). <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i1.15121>
- Gaiger, L. I. e Kuyven, P. (2019). Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Sociedade e Estado*, 34(3). <https://www.scielo.br/j/se/a/GR4dLfxTZz8dvnM4BT4FTwz/>
- Grisa, C. e Schneider, S. (Org.). (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. UFRGS. <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Politicas-Publicas-DR-livro-Grisa-Scnheider-1.pdf>
- Homma, A. K. O. (2014). *Extratativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação*. Embrapa.
- Homma, A. K. O. (2018). *Colhendo da natureza: o extrativismo vegetal na Amazônia*. Embrapa.

Homma, A. K. O., Baiardi, A., De Camargo Barros, G., Costa Delgado, G., Wilkinson, J., Sampaio, Y. e Navarro, Z. (2022). *O Brasil rural contemporâneo: interpretações*. Baraúna. [www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/O%20BRASIL%20RURAL%20CONTEMPOR%C3%82NEO_INTERPRETA%C3%87%C3%95ES%20\(3\).pdf](http://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/O%20BRASIL%20RURAL%20CONTEMPOR%C3%82NEO_INTERPRETA%C3%87%C3%95ES%20(3).pdf)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023a). Levantamento sistemático da produção agrícola. http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#download

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023b). Produção da extração vegetal e da silvicultura. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html>

International Cocoa Beans (ICCO). (2025). Production of cocoa beans. https://www.icco.org/wp-content/uploads/Production_QBCS-LI-No.-1.pdf

Macedo, C. O. (2006). *Diferenciação sócio-econômica e campesinato: O caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-150251/>

Mendes, F. A. T. (2025). *Relatório safra de cacau 2024*. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca (SEDAP).

Morais, L. F. D., Amâncio, C. O. G. e Resende, A. S. (2011). Sistemas agroflorestais para o uso sustentável do solo: Considerações agroecológicas e socioeconômicas. Embrapa Agrobiologia. <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/921121/1/DOC28111.pdf>

Neves, A. M. F., Neves, E. M. P., Alencar, V. M., Dantas, V. V., Silva, J. B. e Silva, E. V. C. (2025). Comparação sensorial entre o chocolate de cacau de origem Amazônia (*Theobroma cacao*) e o cupulate de origem Amazônia (*Theobroma grandiflorum*). *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 23(2), e9017. <https://doi.org/10.55905/oelv23n2-084>

Oliveira, K. D. e Cardoso, A. C. D. (2021). A espacialidade do modo de vida – Análise morfológica de comunidades rurais e tradicionais na região do Baixo Tocantins (PA). *Novos Cadernos NAEA*, 24(3), 169-192. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9747/8101>

Porto-Gonçalves, C. W. (2001). *Amazônia, amazônias*. (1.ª ed.). Contexto.

Renó, V. F. (2016). *Várzeas amazônicas: alterações da paisagem e seus impactos na provisão de serviços ecossistêmicos e bem-estar de comunidades ribeirinhas*. [Tese de doutorado, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. https://www.esensing.org/papers/tese_120.pdf

Rodrigues, E. T. (S. d.). Sociobiodiversidade e diversidade epistêmica: Reflexões sobre a educação do campo no cenário atual do Baixo Tocantins. *Margens*, 10(15). <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/4507/0>

Rodrigues, R. P. e Medeiros, M. (2024). Atividades socioprodutivas e tipologias de Unidades de Produção Familiar de camponeses-ribeirinhos em várzea do Baixo Tocantins. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(2), e264420. <https://www.scielo.br/j/resr/a/4GBYGkQjxywGRxy3KSbTkH/>

Sanches Junior, F. S., Vilhena, M. P. S. P., Berredo, J. F. S., Trindade, M. J. S. e Sanches, C. S. (2024). A percepção da cadeia produtiva do cacau de várzea nas ilhas do município de Mocajuba/PA e a sua bioeconomia por meio da análise SWOT. *Cadernos de Agroecologia*, 19(1). <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8570/6288>

Santos, D. R. S. D. e Silva, M. M. (2017). Agrobiodiversidade em áreas cultivadas com cacau em Altamira-Pará, Amazônia Oriental. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 12(3), 210-221. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/50049>

Schembergue, A., Cunha, D. A., Carlos, S., Pires, M. e Faria, R. M. (2017). Sistemas agroflorestais como estratégia de adaptação aos desafios das mudanças climáticas no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(1). <https://www.scielo.br/j/resr/a/Wh4yNYqTzKtYhXXST8QFCTF/>

Silva, A. M. M., Alves, D. S., Amaral e Silva, D. e Lima, C. L. S. (2024). Capacitação de produtores de cacau de várzea: Impactos para o desenvolvimento sustentável e na qualidade das amêndoas de cacau em uma comunidade ribeirinha do Rio Moju, Pará. *Conexão*, 20(2). <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/23240>

Silva, A. M. M. e Souza, J. N. S. (2024). Experiências de campo com produtoras e produtores do cacau de várzea no Baixo Moju/PA: Contribuições da pesquisa à comunidade. *Caderno 4 Campos*, 8(1), 32-46. <https://caderno-4campos.wixsite.com/inicio/c%C3%B3pia-n-%C2%BA-atual>

Silva, J. S. (2022). *Revertendo o historicamente baixo grau de «adoção» de inovações tecnológicas nas agriculturas familiares de regiões semiáridas, especialmente do semiárido brasileiro: Da pesquisa positivista à inovação decolonial na geração e apropriação de conhecimentos e tecnologias para a sustentabilidade das agriculturas familiares do mundo*. Embrapa Algodão. <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1150306/1/DOC-288-JOSE-SOUZA-E-SILVA.pdf>

Silva, R. N. P., Martin, D. G., Paixão, V. e Moia, G. C. M. (2023). *Estudo sobre a cacauicultura no território de Ourilândia do Norte e Tucumã*. [Relatório Técnico ITV DS]. Instituto de Terras do Pará. https://www.itv.org/wp-content/uploads/2024/05/RT.2023.23.Silva_EstudoSobreCacauicultura.pdf

Toledo, V. M. e Barrera-Bassols, N. (2009). *La memoria biocultural. La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Icaria.

Veloso, T. C., Santana, A. C., Calvi, M. F., Azevedo Junior, W. C., Gomes, S. C., Mendes, F. A. T. e Santana, A. L. (2025). Efeitos sociobioeconômicos da transição do cacau cultivado em sistemas agroflorestais para pleno sol na Amazônia. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 19(1).

Viana, A. L. N. (2020). *A travessia dos saberes tradicionais amazônicos: Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins/PA*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13461>

Viana, A. L. N., Simões, A. e Bastos, R. Z. (2020). O cacau de várzea: Saberes e práticas ribeirinhos. *Revista Agroecossistemas*, 12(1). <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/8955>

Shirlene Cardoso Gaia é advogada, técnica e professora na área de Pedagogia, especialista em Educação Ambiental e mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG-UEPA).

Benedito Ely Valente da Cruz é docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG-UEPA), doutor, pela Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (Unesp), e pós-doutor, pela Universidade de Lisboa (ULisboa).

Recepción: 15/5/2025
Aceptación: 16/7/2025